



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

Termo de Execução Descentralizada que entre si celebram o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o Comando da Aeronáutica (COMAER), por intermédio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), objetivando o rateio das despesas de consumo de energia elétrica de fornecimento geral pela Empresa Amazonas Distribuidora de Energia – Amazonas Energia, ao CINDACTA IV e ao Centro Regional de Manaus.

Processo Nº 60090.001319/2013-45
Termo de Execução Descentralizada Nº 01/Censipam/2014

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, Órgão Específico e Singular do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), doravante denominado **Censipam**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.129.796/0001-26, com sede em Brasília-DF, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, representado neste ato pelo Senhor **ROGÉRIO GUEDES SOARES**, Diretor-Geral do Censipam, de acordo com a nomeação constante da Portaria nº 2/Casa Civil, de 2 de janeiro de 2009 (publicada no DOU nº 86, de 8 de maio de 2009) e da competência advinda do Art. 42, do Decreto nº 7.974, publicado no DOU nº 62, de 02 de abril de 2013, portador da Carteira de Identidade nº 1.027.310.761 (SJS/RS), CPF nº 554.988.250-72, residente e domiciliado nesta Capital, e o **COMANDO DA AERONÁUTICA – COMAER** por intermédio do **DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO – DECEA**, CNPJ nº 00.394.429/0048-74, com sede na Av. General Justo, 160, Centro - CEP 20.021-130, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado pelo Diretor-Geral do DECEA **Tenente-Brigadeiro do Ar RAFAEL RODRIGUES FILHO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 247.502 (COMAER/MD) e do CPF nº 375.512.657-04, no uso da competência delegada pela Portaria nº 203/GC-5, de 07 de ABRIL de 2008, do Comando da Aeronáutica, doravante denominado **DECEA**, resolvem firmar o presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, doravante denominado **TERMO**, sob o regime de mútua cooperação, sujeitando-se os participantes, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com as respectivas alterações, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e Transparência, suas alterações e demais normas regulamentares da matéria, mediante as cláusulas e as seguintes considerações:



- a competência do **Censipam** em supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, conforme o Art. 42, Inciso VI, do Decreto nº7.974, de 01 de abril de 2013;

- a competência do **Censipam** em articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM, conforme o Art. 42, Inciso VII, do Decreto nº7.974, de 01 de abril de 2013;

- a competência do **Censipam** em desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM, Art. 42, Inciso VIII, do Decreto nº7.974, de 01 de abril de 2013;

- a competência das Forças Armadas em atuar de forma preventiva e repressiva, como atribuições subsidiárias, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e **ambientais**, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, conforme prevê o Art. 16-A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e

- o que cabe à Aeronáutica, como atribuição subsidiária particular de cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução, de acordo com o inciso VI, do Art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Resolvem celebrar o presente **ACORDO**, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO** tem como objeto disciplinar o fornecimento e o rateio das despesas referentes ao consumo de energia elétrica, contratada junto à Empresa Amazonas Energia do Sistema Eletrobrás, para o Complexo de instalações do CINDACTA IV e do Centro Regional de Manaus – CR-MN, conforme estabelecido no Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

Cada Partícipe designará um Gestor Titular e Substituto, por meio de Portaria ou outro instrumento interno, que ficará responsável pela execução e coordenação dos atos administrativos, supervisão e cálculos dos rateios mensais do consumo de energia elétrica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1- Ao **Censipam** - UG 110511 - compete:

3.1.1 - prover a segurança necessária da Casa de Força de entrada da energia proveniente da Empresa Amazonas Energia, por intermédio do Centro Regional de Manaus – CR-MN;

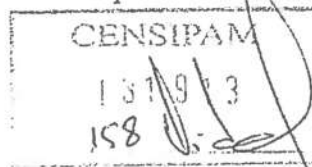
3.1.2 – por intermédio do CR-MN, receber mensalmente do CINDACTA IV a cópia da fatura mensal de consumo de energia elétrica e do relatório contendo o valor a ser indenizado, que deverá efetuar a



conferência e enviar toda documentação ao Censipam, para que seja providenciado o pagamento à UGE/UGR 120094 (CINDACTA IV), via Destaque Orçamentário;

3.1.3 – enviar mensalmente ao CR-MN o comprovante de Destaque Orçamentário realizado referente à fatura mensal de consumo de energia elétrica, que o enviará ao CINDACTA IV; e

3.1.4 - providenciar os Destaques Orçamentários, a fim de liquidar faturas remetidas pelo CINDACTA IV, referente ao mês de consumo.



3.2 - Ao CINDACTA IV – UG 120094 - compete:

3.2.1 – manter o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica de alta tensão de 69 KV com a Empresa Amazonas Energia;

3.2.2 – zelar pela manutenção da Casa de Força de 69 KV que alimenta o Complexo;

3.2.3 – receber as faturas mensais de consumo de energia elétrica do Complexo e efetuar o pagamento;

3.2.4 – providenciar mensalmente o cálculo do valor de consumo de energia elétrica, em referência a fatura mensal recebida da Empresa Amazonas Energia, devido a cada Partícipe, já incluídos os impostos;

3.2.5 – remeter mensalmente ao CR-MN a cópia da fatura mensal do consumo de energia elétrica do Complexo, acompanhada do “Relatório de Medição” – ANEXO I e da “Planilha de Cálculo Referente a Restituição – CR-MN” – ANEXO II, contendo o valor a ser rateado.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO DA DESPESA

4.1 - O rateio da despesa será calculado com base nas tarifas de Consumo (de ponta e fora de ponta) e Demanda (de ponta e fora de ponta), obedecendo aos seguintes critérios:

4.1.1 – Consumo – O consumo (kWh) mensal é obtido por meio da leitura realizada no Medidor de Energia, instalado no prédio do CR-MN, subtraída da leitura realizada no mês anterior. Esta diferença é multiplicada pela relação de cargas do Transformador de Corrente (TC) e do Transformador de Potência (TP), a saber:

$$(TP / 115) \times (TC/5) = 4.800 \text{ (constante de consumo).}$$

O valor do Consumo de Energia Elétrica (CEE) é obtido, portanto a partir da multiplicação da constante de consumo pelo valor da diferença da leitura obtida do medidor de energia, conforme já citada a cima:

$$CEE = 4800 \times \text{valor da diferença de leitura do medidor}$$

- Consumo de Ponta:

$$VCEP = CEEP \times TEP$$



Onde:

CEEP = Consumo de Energia Elétrica no horário de ponta, período das 18h00m às 21h00m (kWh)

TEP = Tarifa de Energia na Ponta (R\$/kWh)

VCEP = Valor do Consumo de Energia Elétrica de Ponta (R\$)

- Consumo Fora De Ponta:

VCEFP = CEEFP x TEPF (R\$)

Onde:

CEEFP = Consumo de Energia Elétrica no Horário Fora de Ponta (kWh)

TEFP = Tarifa de Energia Fora de Ponta (R\$/KWH)

VCEFP = Valor de Consumo de Energia Fora de Ponta (R\$)

Logo:

Valor de Consumo Total (VCT) = VCEFP (kWh) + VCEP (kWh)

4.1.2 – Demanda – é o valor correspondente a 50% da demanda contratada de 2.500 kW

4.1.3 – O Valor do Repasse (VR) da Despesa Mensal de Energia Elétrica será o resultado da soma dos Valores de Consumo Total (VCT) mais Demanda, conforme demonstrado nos itens 4.1.1 e 4.1.2:

VR = VCT (valor de consumo total) + D/2 (50% da demanda)

CLÁUSULA QUINTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os partícipes proverão os recursos orçamentários necessários ao pagamento das despesas com energia elétrica do Complexo Predial do CINDACTA IV e do CR-MN;

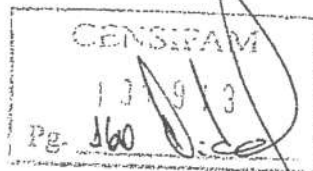
5.2 – No presente exercício, os recursos para a execução do objeto deste instrumento, no valor estimado de R\$ 962.263,56 (novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos), correrão à conta da dotação alocada no orçamento do Censipam/MD, autorizado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 21 de janeiro de 2014, UG 110511, que serão assegurados pelas Notas de Movimentação de Crédito a serem emitidas mensalmente, vinculada ao PTRES 060244, Fonte 0100, Natureza de Despesa 33.90.39.43; e

5.3 – A indicação dos créditos e notas de movimentação de crédito referentes aos recursos a serem transferidos nos exercícios subsequentes, poderá ser formalizada por meio de apostila.



CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente **TERMO** tem vigência de cinco anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por termo aditivo, de comum acordo entre os Partícipes, desde que para a fiel execução do objeto descrito da CLÁUSULA PRIMEIRA.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1 - O presente **TERMO** poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitando as obrigações assumidas com terceiros e saldadas os compromissos financeiros entre os partícipes.

7.2 – O presente **TERMO** poderá ser rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quando um dos partícipes descumprir as obrigações assumidas, bem como pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

7.3 – Na hipótese de extinção antecipada, os trabalhos em fase de execução serão resolvidos por meio de documento específico, em que se definirão as responsabilidades de cada partícipe, de modo a assegurar que alguma atividade que se tenha iniciado, mas ainda se encontre pendente, tenha preservada a sua funcionalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Durante sua vigência, este **TERMO** poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante celebração de Termo Aditivo, desde que de comum acordo entre os Partícipes e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **TERMO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo Censipam, até o 20º (vigésimo) dia após a sua assinatura, nos termos do art. 46 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO

A divulgação dos atos praticados em função deste **TERMO** deverá restringir-se ao caráter informativo, devendo constar, de qualquer veículo de publicidade a referência a todos os partícipes, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, conforme disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal.

Subcláusula única: Só será permitida a divulgação de resultados, processos e produtos das atividades classificadas como de natureza ostensiva, vedada a divulgação de matéria de natureza sigilosa.



CLÁUSULA ONZE – DO FORO

Todas as questões e dúvidas decorrentes da execução deste **TERMO** serão dirimidas e resolvidas, amistosamente, por via administrativa, observada a participação da Advocacia-Geral da União, devendo prosseguir até esgotarem-se todas as suas instâncias e níveis, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA DOZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os vínculos jurídicos, de qualquer natureza, assumidos isoladamente pelo **Censipam** ou pelo **DECEA**, são de exclusiva responsabilidade do ente que o tiver adotado, não se comunicando a qualquer título, sob qualquer pretexto ou fundamento.



Serão produzidos quatro exemplares originais do presente **TERMO**, de iguais valores e conteúdos, sendo os exemplares destinados aos: EMAER, DECEA, Censipam e CINDACTA IV.

E, por assim acordarem, os partícipes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente **TERMO** que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes do COMAER e do Censipam, a seguir.

Assim ajustadas, as partes firmam este **TERMO**, em quatro vias de igual teor.

Anexos: I - Relatório de Medição; e
II - Planilha de Cálculo Referente à Restituição.

Brasília, 15 de SETEMBRO de 2014.

Pelo Censipam:  Rogério Guedes Soares Diretor-Geral CPF: 554.988.250-72 CI: 1/027.310.761 - SJS/RS	Pelo COMAER/DECEA:  Tenente-Brigadeiro do Ar Rafael Rodrigues Filho Diretor-Geral do DECEA CPF: 375.512.657-04 CI: 247.502 – COMAER/MD
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO: 60090.001319/2013-45

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/CENSIPAM/2014, QUE FAZEM ENTRAR EM VIGÊNCIA, POR INTERMÉDIO DO CENTRO GESTOR OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, CENSIPAM E O DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO – DECEA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**, Órgão Específico e Singular do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)**, doravante denominado **Censipam**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.129.796/0001-26, com sede em Brasília-DF, no Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, UG 110511, representado neste ato pelo Senhor **JOSÉ HUGO VOLKMER**, Diretor-Geral do Censipam, nomeado pela Portaria nº 2.003, de 10 de julho de 2019, publicada no DOU de 11 de julho de 2019, e da competência advinda do inciso X, Art. 48 do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, publicado no DOU nº 223, de 21 de novembro de 2018, portador da Carteira de Identidade nº 298.332 (COMAER/MD), CPF nº 239.764.460-68, residente e domiciliado nesta Capital e o **DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO – DECEA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0048-74, com sede NA Av. General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20021-130, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor **TEN BRIG DO AR - JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 289051 – MD/Comando da Aeronáutica, CPF nº 016.206.878-60, nomeado pela Portaria publicada no DOU nº 143, de 27 de julho de 2017, com amparo na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Conjunta nº 8, de 8 de novembro de 2012, do MPOG, MF e CGU, e demais alterações, resolvem prorrogar o presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, sob o regime de mútua cooperação, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com as respectivas alterações, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e demais normas regulamentares da matéria, mediante as considerações, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Prorrogar o prazo de vigência o Termo de Execução Descentralizada – TED 01/Censipam/2014 por 60 (sessenta meses), contados de 15/09/2019 a 14/09/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1. Os valores serão repassados por meio de descentralização de recursos orçamentários e financeiros do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam ao Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA IV (UG: 120094)

ANO	VALOR ESTIMADO ANUAL - R\$
2019	510.000,00
2020	2.040.000,00
2021	2.162.400,00
2022	2.292.144,00
2023	2.429.672,64
2024	2.065.453,00
TOTAL	11.499.669,64

2.2. Os valores anuais foram obtidos considerando a previsão a ser destacada no ano de 2019 com base no TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/DIGER (1344112), com um acréscimo anual de 6% de correção monetária.

2.3. O valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) referente ao ano 2019, cobrirão as despesas referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro.

2.4. O valor de R\$ 2.065.453,00 (dois milhões, sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e três reais) referente ao ano de 2024, corresponde ao estimado a 9 meses de consumo de energia, no período compreendido entre janeiro e setembro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia- Censipam, conforme PTA2019 - Plano de Trabalho Anual, descentralizará anualmente ao CINDACTA IV (UG 120094), por meio de Nota de Movimentação de Crédito, a importância prevista na Cláusula Segunda, à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Programa 2058 - Defesa Nacional;
- Ação 20X4 - Sistema de Proteção da Amazônia;
- Fonte: 100;

- Plano Orçamentário: 0007;
- Programa de Trabalho - PTRES 085658 - Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM;
- Natureza da Despesa 33.90.39-43 - Serviço de Energia Elétrica
- Código PTA/2019: {A18} Custo Operacional de Energia Elétrica
[A184] Energia Elétrica – TED CINDACTA IV - Manaus

Subcláusula Primeira: Os recursos relativos aos exercícios futuros correrão à conta de dotação consignada no Orçamento Geral da União para cada exercício, e os respectivos créditos e Notas de Movimentação de Crédito serão indicados mediante registro contábil, podendo ser formalização por meio de apostilamento, não sendo necessário firmar Termo Aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

- 4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Execução Descentralizada – TED 01/Censipam/2014.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

- 5.1. Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 36 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam eletronicamente este Termo, no Sistema de Eletrônico de Informações do Governo Federal - SEI.

Pelo CENSIPAM:

assinado eletronicamente
JOSÉ HUGO VOLKMER
Diretor-Geral
CPF: 239.764.460-68
CI Nº: 298.332(COMAER/MD)

Pelo DECEA:

assinado eletronicamente
TEN. BRIG. DO AR - JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS
Diretor-Geral
CPF: 016.206.878-60
CI Nº: 289051(COMAER/MD)

TESTEMUNHAS:

assinado eletronicamente
ANTÔNIA IRISMAR OLIVEIRA GUIMARÃES
CPF: 484.076.401-82

assinado eletronicamente
GEORGIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
CPF: 373.387.571-00



Documento assinado eletronicamente por **JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS, Usuário Externo**, em 13/09/2019, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Hugo Volkmer, Diretor(a) Geral**, em 13/09/2019, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Irismar Oliveira Guimarães, Assessor(a)**, em 13/09/2019, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Maria Guimarães de Oliveira, Assessor(a)**, em 16/09/2019, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1854429** e o código CRC **40336A82**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PLANO DE TRABALHO - PT Nº 7/ 2019 - COLIC CENSIPAM

VINCULADO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/CENSIPAM/2014 (0294781) PAGs. 98 a 103

ASSUNTO: RATEIO DAS DESPESAS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE O CINDACTA IV E O CENTRO REGIONAL DE MANAUS

1. DADOS CADASTRAIS

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM

CNPJ: 07.129.796/0001-26

ÁREA ENVOLVIDA: Diretoria de Administração e Finanças

ENDEREÇO: SPO – ÁREA 05, Quadra 03, Bloco K

BAIRRO: ASA SUL

CIDADE: BRASÍLIA/DF

CEP: 70610-200

TELEFONE/FAX: (61) 3214 0204 / 3214 0203

DIRIGENTE: JOSÉ HUGO VOLKMER

CARGO: DIRETOR-GERAL

ATO DE NOMEAÇÃO: Portaria nº 2.003, de 11 de julho de 2019 (1795413)

RG/EMISSION: nº 298332 - MD/Comando da Aeronáutica (1795414)

CPF: 239.764.460-68

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - DECEA

CNPJ: 00.394.429/0048-74

ÁREA ENVOLVIDA: Subdiretoria de Operações

ENDEREÇO: Av. General Justo, nº 160

BAIRRO: Centro

CIDADE: Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20021-130

TELEFONE/FAX:

DIRIGENTE: TEN BRIG DO AR - JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

CARGO: DIRETOR-GERAL

ATO DE NOMEAÇÃO: Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2017 (1795405).

RG/EMISSION: nº 289051 - MD/Comando da Aeronáutica (1795406)

CPF: 016.206.878-60

2. NOME DO PROJETO

Rateio das despesas referentes ao consumo de energia elétrica entre o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA IV e Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

3. PERÍODO

A vigência do Termo de Execução Descentralizada Nº 01/Censipam/2014 será prorrogada por mais 60 (sessenta) meses a contar da assinatura do seu Termo Aditivo.

4. OBJETO

Fornecimento e rateio das despesas referentes ao consumo de energia elétrica, contratada junto à Empresa Amazonas Energia do Sistema Eletrobrás, para o Complexo de Instalações do CINDACTA IV e do Centro Regional de Manaus.

5. FINALIDADE

Estabelecer as normas para a divisão equitativa dos valores de consumo mensal de energia elétrica despendida pelo Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA IV e pelo Centro Regional de Manaus – CR-MN, cujas instalações são alimentadas por uma única subestação de fornecimento de energia elétrica da Empresa Amazonas Energia.

6. JUSTIFICATIVA

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é composto pela arquitetura tecnológica oriunda do Projeto SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia, e por Programas e Projetos do Governo para região Amazônica. O Projeto SIVAM foi a implantação de uma infraestrutura tecnológica integrada de meios técnicos

destinados à coleta, transmissão, processamento e tratamento de dados, produção e disseminação de informações de interesse para todas as organizações que constituem o SIPAM.

O Decreto nº 9.829 de 10 de junho de 2019 – “Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM, e dá outras providências”, em seu Art. 5º define os membros partícipes do CONSIPAM:

Art. 5º O Consipam será composto pelos seguintes membros:

- I - o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá;
- II - o Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;
- III - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- IV - o Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;
- V - o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- VI - o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;
- VII - o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional; e
- VIII - o Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º Cada membro do Consipam terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º A convite de seu Presidente, poderão participar das reuniões do Consipam, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas.

O Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, no Art. 48, estabelece as seguintes competências para o Censipam:

Art. 48. Ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia compete:

- IX - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações destinadas ao Sipam, aprovadas e definidas pelo Consipam;
- X - fomentar e elaborar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;
- XI - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas ao Sipam;
- XII - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;
- XIII - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, manutenção, operacional de inteligência, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do Sipam;
- XIV - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para apoiar as ações de governo na região, por meio conjunção de esforços no planejamento, na integração de informações e na geração do conhecimento;
- XV - desenvolver ações para a atualização e a evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do Sipam;
- XVI - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;
- XVII - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e aos demais órgãos e entidades interessados;
- XVIII - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento das atribuições, observada a legislação vigente;
- XIX - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do Sipam, anualmente ou quando solicitado;
- XX - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o Sipam;
- XXI - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao Sipam definidos pelo Consipam;
- XXII - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;
- XXIII - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições;
- XXIV - exercer as atividades de administração do patrimônio, de recursos humanos, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional e de inteligência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia;
- XXV - propor projetos com base nas diretrizes da Secretaria-Geral para composição do plano de gestão estratégica da administração central do Ministério da Defesa; e
- XXVI - coordenar a elaboração do planejamento estratégico institucional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

Assim, para o funcionamento sistêmico do SIPAM, o Censipam necessita de se articular com os órgãos parceiros, objetivando a coordenação para a elaboração e a execução dos Planos de Trabalho cujos objetos são específicos e primordiais para o funcionamento do mesmo, o que irá culminar na assinatura de Acordos, para que seja dada a legalidade ao ato.

Dentro do Projeto SIVAM/SIPAM, as infraestruturas prediais do CINDACTA IV e do Centro Regional de Manaus - CR-MN foram construídas lado a lado no terreno que é de posse do Comando da Aeronáutica. Este complexo de instalações está localizado na Avenida do Turismo, nº 1350, Bairro Tarumã, na cidade de Manaus - AM.

Na ocasião foi construída uma única subestação de fornecimento de energia elétrica para todo o Complexo, objetivando a redução de custos e uma tarifa de energia elétrica mais barata para ambas as Instituições.

O Censipam tem por missão “Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações do governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento”, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região. Assim, a conjunção de esforços entre a COMAER e o Censipam, subordinados ao Ministério da Defesa, contribuirá para que ambas as Instituições consigam cumprir as suas missões previstas em legislação.

7. OBJETIVO GERAL

Estabelecer as normas para uma divisão equitativa dos valores do consumo mensal de energia elétrica despendida pelo Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA IV e pelo Centro Regional de Manaus - CR-MN.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 8.1 – Disciplinar o fornecimento de energia elétrica; e,

8.2 – Estabelecer normas para o rateio referente ao consumo de energia elétrica.

9. IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DA CLIENTELA BENEFICIADA

Todos os usuários da aviação geral e militar pelas atividades de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo exercidas pelo CINDACTA-IV. A população da região Amazônica pelos serviços prestados pelo Centro Regional de Manaus do Censipam na área de Proteção Ambiental.

10. DO RATEIO DAS DESPESAS

10.1 – O rateio da despesa será calculado com base nas tarifas de **Consumo** (de ponta e fora de ponta) e **Demanda** (de ponta e fora de ponta), obedecendo às seguintes critérios:

10.1.1 – **CONSUMO** – O consumo (kWh) mensal é obtido por meio da leitura realizada no Medidor de Energia, instalado no prédio do CR-MN, subtraída da leitura realizada no mês anterior. Esta diferença é multiplicada pela relação de cargas do Transformador de Corrente (TC) e do Transformados de Potência (TP), a saber:

$$(TP / 115) \times (TC/5) = 4.800 \text{ (constante de consumo)}$$

O valor do Consumo de Energia Elétrica (CEE) é obtido, portanto a partir da multiplicação da constante de consumo pelo valor da diferença da leitura obtida do medidor de energia, conforme já citada a cima:

$$CEE = 4800 \times \text{valor da diferença da leitura do medidor}$$

- Consumo de Ponta:

$$VCEP = CEEP \times TEP$$

Onde:

CEEP = Consumo de Energia Elétrica no horário de ponta, período das 18h00m às 21h00m(kWh)

TEP = Tarifa de Energia na Ponta (R\$/kWh)

VCEP = Valor do Consumo de Energia Elétrica de Ponta (R\$)

- Consumo Fora de Ponta

$$VCEFP = CEEFP \times TEPF \text{ (R\$)}$$

CEEFP = Consumo de Energia Elétrica no Horário Fora de Ponta (kWh)

Onde:

CEEP = Consumo de Energia Elétrica no Horário Fora de Ponta (kWh)

TEFP = Tarifa de Energia Fora de Ponta (R\$/kWh)

VCEFP = Valor de Consumo de Energia Fora de Ponta (R\$)

Logo:

$$\text{Valor de Consumo Total (VCT)} = VCEFP \text{ (kWh)} + VCEP \text{ (kWh)}$$

10.1.2 – **DEMANDA** – é o valor correspondente a 50% da demanda contratada de 2.500 kW

10.1.3 – O Valor do Repasse (VR) da Despesa Mensal de Energia Elétrica será o resultado da soma dos Valores de Consumo Total (VCT) mais Demanda, conforme demonstrado nos itens 10.1.1 e 10.1.2:

$$VR = VCT \text{ (valor de consumo total)} + D/2 \text{ (50\% da demanda)}$$

11. OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

11.1 – Ao CENSIPAM (UG 110511) compete:

11.1.1 – prover a segurança necessária da Casa de Força de entrada da energia proveniente da Empresa Amazonas Energia, por intermédio do Centro Regional Manaus – CR-MN;

11.1.2 – por intermédio do CR-MN, receber mensalmente do CINDACTA IV a cópia da fatura mensal de consumo de energia elétrica e do relatório contendo o valor ser ressarcido, que deverá efetuar a conferência a enviar toda documentação ao Censipam, para que seja providenciado o pagamento à **UGE/UGR 1200 (CINDACTA IV)**, via Destaque Orçamentário;

11.1.3 – providenciar os Destaques Orçamentários, via **UG 110511**, visando o ressarcimento mensal da despesa, conforme acordado;

11.1.4 – enviar mensalmente ao CINDACTA IV o comprovante de Destaque Orçamentário realizado referente à fatura mensal de consumo de energia elétrica, por intermédio do Centro Regional de Manaus; e,

11.2 – Ao CINDACTA IV (UG 120094) compete:

11.2.1 – manter o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica de alta tensão de 69 KV com a Empresa Amazonas Energia;

11.2.2 – zelar pela manutenção da Casa de Força de 69 KV que alimenta o Complexo;

11.2.3 – receber as faturas mensais de consumo de energia elétrica do Complexo e efetuar o pagamento;

12. CRONOGRAMA FÍSICO DA EXECUÇÃO

METAS	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE	
1. Prover a segurança da Casa de Força	CR-MN	DIÁRIO Setembro/2019	DIÁRIO Setembro/202
2. Manter o contrato do fornecimento de energia elétrica com a Empresa Amazonas Energia	CINDACTA IV	ANUAL Setembro/2019	ANUAL Setembro/2
3. Remeter a cópia da Fatura Mensal e dos Relatórios ao CR-MN	CINDACTA IV	MENSAL Setembro/2019	MENSAL Setembro/2
4. Enviar cópia da Fatura Mensal e do Relatório ao Censipam contendo os valores a serem repassados ao CINDACTA IV	CR-MN	MENSAL Setembro/2019	MENSAL Setembro/2
5. Providenciar o Destaque Orçamentário ao CINDACTA IV	CENSIPAM	MENSAL Setembro/2019	MENSAL Setembro/2
6. Manutenir a Casa de Força de 69 KV	CINDACTA IV	Setembro 2019	Setembro 2024
7. Efetuar o pagamento das faturas de energia elétrica recebidas da Empresa Amazonas Energia	CINDACTA IV	MENSAL Setembro/2019	MENSAL Setembro/2

13. CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

ÓRGÃO REPASSADOR DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL ESTIMADO R\$	DESCENTRALIZAÇÃO D. CRÉDITO
CENSIPAM	- Transferência de Recursos Orçamentários; - Descentralizar crédito para o CINDACTA IV referente à média anual do consumo de Energia elétrica do CR-MN; - Nota de Movimentação de Crédito (NC).	510.000,00	Mensal - 2019 (3 meses)
		2.040.000,00	Mensal - 2020
		2.162.400,00	Mensal - 2021
		2.292.144,00	Mensal - 2022
		2.429.672,64	Mensal - 2023
		2.065.453,00	Mensal - 2024 (9 meses)

NOTA 1 – Os valores anuais foram obtidos considerando a previsão a ser destacada no ano de 2019 com base no TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/DIGI (1344112), com um acréscimo anual de 6% de correção monetária.

NOTA 2 – O valor de R\$ 2.065.453,00 (dois milhões, sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e três reais), referente ao ano de 2024 corresponde ao estimado 9 meses de consumo de energia, no período compreendido entre janeiro e setembro.

14. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

NATUREZA DA DESPESA		Órgão Repassador de Recursos (Censipam – UG 110511) - R\$	Órgão Recebedor de Recursos (CINDACTA IV- UG 120094) - R\$	ANO
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
33.90.39.43	Consumo de Energia Elétrica	R\$ 510.000,00	R\$ 510.000,00	2019
		R\$ 2.040.000,00	R\$ 2.040.000,00	2020
		R\$ 2.162.400,00	R\$ 2.162.400,00	2021
		R\$ 2.292.144,00	R\$ 2.292.144,00	2022
		R\$ 2.429.672,64	R\$ 2.429.672,64	2023
		R\$ 2.065.453,00	R\$ 2.065.453,00	2024

OBSERVAÇÃO:

1. Os valores acima informados e a serem provisionados cobrirão as despesas referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019.

2. Os valores acima informados para o exercício financeiro de 2024 cobrirão as despesas referentes ao período de janeiro a setembro do referido ano.

NOTA – A transferência de recursos financeiros, Nota de Programação Financeira (NPF), deverá ser realizada pelo Censipam, mensalmente, em até 10 (dez) dias út após o recebimento da cópia da fatura mensal do consumo de energia elétrica do Complexo, acompanhada do “Relatório de Medição” – ANEXO I (1720635) e “Planilha de Cálculo Referente à Restituição – CR-MN” – ANEXO II (1720636), contendo o valor a ser rateado.

15. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os partícipes proverão os recursos orçamentários necessários ao pagamento das despesas com energia elétrica do Complexo Predial do CINDACTA IV e Centro Regional de Manaus do Censipam.

15.2. No presente exercício, os recursos estimados para a execução do objeto deste instrumento no valor de **R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais)** correrão à conta da dotação alocada no orçamento do Censipam/MD, **para o exercício de 2019**, UG 110511, que serão assegurados pelas Notas de Movimentação de Crédito serem emitidas mensalmente, vinculada ao PTRES 085658, Fonte 100, Natureza da Despesa 33.90.39.43; e,

15.3. A indicação de Créditos e Notas de Movimentação de Crédito referente aos recursos a serem transferidos nos exercícios subsequentes, poderá ser formalizada por meio de apostilamento.

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este Plano não impede que os Partícipes realizem outros semelhantes com outras entidades, observadas as restrições eventualmente feitas ao uso dos bens e divulgação de informações e as limitações impostas pelos direitos autorais.

Os Gestores deverão efetuar as coordenações necessárias para a execução do cronograma físico deste Plano de Trabalho.

17. GESTORES DO PROJETO

CENSIPAM: _____

DECEA/CINDACTA IV: _____

17. APROVAÇÃO DOS DIRIGENTES

Brasília, 13 de setembro de 2019.

assinado eletronicamente
JOSÉ HUGO VOLKMER
Diretor-Geral CENSIPAM

assinado eletronicamente
Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS
Diretor-Geral DECEA



Documento assinado eletronicamente por **JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS, Usuário Externo**, em 13/09/2019, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Hugo Volkmer, Diretor(a) Geral**, em 13/09/2019, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1854422** e o código CRC **B4B65162**.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

(Processo nº 60091.000093/2020-84)

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 5557, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60090.001319/2013-45, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para realizarem o acompanhamento e a fiscalização do seguinte instrumento:

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/2014;

INSTITUIÇÃO: CINDACTA IV - Comando da Aeronáutica (COMAER) por intermédio do Departamento de Controle Aéreo (DECEA); e

OBJETO: Disciplinar o fornecimento e o rateio de despesa referente ao consumo de energia elétrica, contratada junto a Empresa Amazonas Energia do Sistema Eletrobrás, para o complexo de instalações do CINDACTA IV e do Centro Regional de Manaus (CR- MN).

GESTOR TITULAR: DINARAE BASTOS ALVES, CPF nº ***.722.042-**.;

GESTOR SUBSTITUTO: DEBORA ARAUJO MAIA, CPF nº ***.594.282-**.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4056, de 07 de agosto de 2023, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 32, de 11 de agosto de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

(Processo nº 60090.001319/2013-45)

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 5558, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 do Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023, em atendimento ao preceituado no art. 67 da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativa nº 60091.000292/2021-73, resolve: